

Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas Via Varejo S.A.

Período findo em 30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Sumário

Mensagem da Administração.....	2
Declaração da Diretoria sobre as informações financeiras intermediárias	5
Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias.....	6
Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR.....	7
Balço patrimonial.....	9
Demonstração do resultado.....	10
Demonstração do resultado abrangente.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstração do valor adicionado	14
1. Contexto operacional	15
2. Apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	15
3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados	18
4. Principais práticas contábeis	18
5. Caixa e equivalentes de caixa	19
6. Contas a receber	19
7. Estoques	23
8. Tributos a recuperar.....	23
9. Partes relacionadas	25
10. Investimentos	28
11. Imobilizado	30
12. Intangível.....	32
13. Empréstimos e financiamentos.....	33
14. Gerenciamento de riscos financeiros	36
15. Tributos a pagar.....	40
16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	40
17. Provisão para demandas judiciais	42
18. Operação de arrendamento mercantil	45
19. Receitas diferidas	47
20. Patrimônio líquido	47
21. Receita de venda de mercadorias e serviços.....	50
22. Despesas por natureza.....	51
23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	51
24. Resultado financeiro, líquido.....	52
25. Resultado por ação.....	52
26. Cobertura de seguros	53
27. Informações sobre os segmentos.....	53
28. Eventos subsequentes.....	53

Mensagem da Administração

Quando assumimos a gestão da Companhia, há dois anos, as principais dúvidas do mercado eram a capacidade de realizar uma grande virada e de transformá-la na principal plataforma de relacionamento e consumo para os brasileiros. O resultado do segundo trimestre deste ano, mesmo em um cenário ainda de pandemia, confirma que a resposta para as duas perguntas acima é um sonoro SIM. Já faz alguns trimestres que a Via tem demonstrado consistência na entrega dos resultados, ganhando share e tem conseguido isso sem abrir mão de rentabilidade.

Não estamos apenas crescendo – estamos crescendo mais que o mercado. Neste segundo trimestre, adicionamos um recorde de +R\$4 bilhões de GMV vs 2T20 e alcançamos R\$ 11,4 bilhões de GMV bruto, um aumento de 51% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho sequencial representa uma forte aceleração quando comparado ao crescimento de 27% apresentado no primeiro trimestre. Cerca de 65% deste GMV foi de “vendas digitais” totalizando cerca de R\$7,5 bilhões, uma alta de 35,7% a/a. Nos últimos sete trimestres aumentamos nosso market share online de forma consistente, mais que dobrando nosso share: saímos de 7,8% no 3T19 para 16,4% em julho de 2021 (fonte: Compre & Confie). Um salto de 8,6 pontos percentuais – o que nos aproxima cada vez mais da estimativa de chegar em pelo menos 20% de participação de mercado até 2025. Como outra referência, também aumentamos em 8,0p.p nosso market share segundo Ebit Nielsen desde o 1T20. Lembrando que no final de junho a Via voltou a integrar o painel de e-commerce do Ebit, o que implicou em uma revisão no tamanho do mercado de e-commerce brasileiro em cerca de 10%.

2021 é o ano do marketplace para a Via. Começamos o ano com 10 mil sellers em nossa plataforma e em julho já batemos 70 mil. A forte escalada demonstra a atraente força de nossas marcas, a capacidade de gerar demanda e nossa execução. Assim, as vendas do marketplace (3P) aumentaram quase 85% a/a no 2T21, representando 26% do e-commerce, aumento de 9p.p quando comparado ao ano anterior. A evolução do número de SKUs seguiu a tendência exponencial do número de sellers: saímos de 3 milhões de SKUs em março de 2020 para quase 30 milhões ao final de junho de 2021. Conectamos o primeiro parceiro internacional em nosso marketplace em julho – NocNoc – que permitirá a venda de produtos importados da Ásia e dos Estados Unidos a milhões de clientes. O maior número de sellers e aumento de sortimento em uma maior amplitude de categorias, aliados à nova estratégia e estrutura comercial dedicadas ao marketplace e os projetos que estão por vir (tais como o crediário para os clientes do marketplace e o fulfillment para os sellers, entre outros), nos colocam em pé de igualdade para competir. Fechamos os gaps que existiam no passado e hoje estamos definitivamente na disputa pela liderança.

E fizemos tudo isso sem abrir mão de rentabilidade: no 2T21, o lucro líquido da Companhia alcançou R\$ 132 milhões, 2,0x maior que o lucro do 2T20. Mesmo com essa expansão acelerada estamos conseguindo melhorar a experiência e o nível de satisfação dos clientes. Nosso NPS no e-commerce subiu de 63 p.p para 77 p.p nos últimos 12 meses.

Com o avanço da vacinação e a “reabertura”, a omnicanalidade acelerará o seu protagonismo. Na Via o cliente será atendido onde, quando e como quiser. Por isso, nossa obsessão em fortalecer todos os canais. Se de um lado estamos crescendo com o marketplace, do outro temos um plano agressivo de abertura de lojas. No primeiro semestre deste ano inauguramos 19 das 120 lojas programadas para o ano, todas lojas estão configuradas para atender as demandas de e-commerce 1P e 3P. Para nós a loja não é apenas um ponto de venda. Ela funciona como um centro de relacionamento com o consumidor, como um hub logístico e como um acelerador de nossas vendas online da região. Com a ajuda do vendedor online – venda assistida via whatsapp - nossos mais de 20 mil vendedores de lojas se tornaram uma poderosa alavanca no fortalecimento da nossa estratégia omnicanal. No segundo trimestre as vendas realizadas por essa ferramenta alcançaram R\$2,1 bilhões que se compara a R\$2,8 bilhões em todo ano de 2020.

Mensagem da Administração Período findo em 30 de junho de 2021

banQi e a democratização do crédito. Demos um passo importante em nossa estratégia de ir além do varejo ao obter a licença do Banco Central em julho para que o banQi, o banco digital da Via, comece a atuar como sociedade de crédito direto (BNQI SCD). Além do tradicional crediário das Casas Bahia, o BNQI SCD poderá realizar operações de empréstimos e de financiamentos aos clientes e parceiros por plataforma eletrônica. Adicionalmente, o BNQI SCD será uma importante alavanca para fidelização dos parceiros do nosso ecossistema, por meio da ampliação da oferta de serviços. Nosso portfólio de soluções financeiras, agora reforçado pela licença BNQI SCD resultará em maior inclusão financeira e acesso a crédito a milhares de brasileiros, representando uma verdadeira quebra de paradigma no varejo. Buscaremos oferecer cada vez mais produtos financeiros descomplicados, de forma transparente e inclusiva aos nossos milhões de clientes. Nossas soluções financeiras retroalimentam o ecossistema Via, aumentando o poder de compra do brasileiro, abrindo novos canais de conexão, gerando mais recorrência, fidelização e aumento de LTV (life-time-value). Ao mesmo tempo, o BNQI SCD reduzirá o custo de transação e de aquisição de clientes (CAC) para a Via e seus parceiros de negócio.

Nenhum outro player tem tanta autoridade, vocação e tradição para oferecer crédito quanto a Via, pioneira e líder do “Buy Now, Pay Later” no Brasil. Estamos nessa jornada há seis décadas. Só quem ensinou o Brasil inteiro a comprar com carnê e promoveu a inclusão financeira de milhões de pessoas, pode oferecer crédito com tanta segurança. Essa habilidade para conceder crédito ganhou escala graças a um processo de digitalização iniciado em 2020 e que permitiu que o crediário digital hoje chegue a 1.500 cidades onde a Via ainda não possui lojas físicas. A Companhia totalizou pouco mais de 4 milhões de clientes ativos no crediário em junho/21 e encerrou o trimestre com uma carteira de R\$ 4,7 bilhões de reais, um aumento de 53% em relação ao mesmo período de 2020. Outro efeito positivo do crediário é aumentar a recorrência e o LTV dos clientes, especialmente porque para muitos deles (cerca de 45%) o crediário representa sua única opção de compra. **E claro, seremos agnósticos na oferta do crédito, ampliando a nossa fronteira para além da Via – credit as a service (caas).**

Logística, onde, como e quando nossos clientes desejam. Já falamos aqui como o marketplace e os serviços financeiros são grandes propulsores do crescimento da Via. O terceiro propulsor desta estratégia omnicanal é a logística. Hoje a Companhia entrega em praticamente todos os 5.568 municípios brasileiros, incluindo localidades como Jutai, município com menos de 14 mil habitantes, encravado na floresta amazônica, e onde o acesso se dá apenas por via aérea ou fluvial. O cliente da Via está nas grandes capitais, mas também em lugares remotos, mesmo assim ele é igualmente bem atendido. Neste ano já entregamos em 5.564 municípios brasileiros. Até o final do ano a Companhia reforçará sua vocação como “hub logístico” ao expandir seu pacote de serviços agnósticos para os sellers do marketplace incluindo o fulfillment – coleta, armazenagem e entrega de mercadorias – que será oferecido também no conceito mar aberto. Assim, mesmo que o seller efetue a venda por outra plataforma, poderá contar com a Via para cuidar de toda sua logística. Hoje a companhia já entrega em 24 horas em 2.500 municípios e no mesmo dia em 65, performance sem precedentes no varejo brasileiro. Chegaremos ao cliente cada vez mais rápido e mais vezes.

ESG, três letras cada vez mais vivas em nossa estratégia. O tema ambiental, social e de governança é meta a partir de 2021 de todos os colaboradores da Via. Em nosso plano diretor de Sustentabilidade, nos comprometemos com metas de redução de consumo e adoção de matrizes energéticas renováveis, além de ampliar o que é hoje o maior programa de reciclagem do varejo brasileiro. Somos, também, cada vez mais inclusivos, buscando ter no nosso time, a mesma representatividade de Brasil que temos em nossos clientes. Adotamos metas de equidade de gênero e raça para aceleração de carreiras na Via. Treinamos o time corporativo e de lojas em questões relacionadas à inclusão. E dedicamos duas embaixadoras para divulgar, interna e externamente os temas de Sustentabilidade e Diversidade. Nossos grupos de afinidade, autônomos e autogeridos, trazem para as lideranças questões relacionadas ao universo LGBTQI+, gênero, Pessoas com Deficiência e Raça. Esse ano, mais um grupo será estimulado, abordando tópicos geracionais. Nosso braço social, a Fundação Casas Bahia, segue estimulando a capacitação profissional e o empreendedorismo em comunidades periféricas de diversos pontos do Brasil, tendo beneficiado mais de 400 mil pessoas no último ano.

Via Varejo S.A.



Mensagem da Administração Período findo em 30 de junho de 2021

Agradecemos à todos nossos colaboradores pela dedicação e pelo engajamento na transformação da Companhia. Agradecemos também aos milhões de clientes da Via – literalmente presentes do Oiapoque ao Chuí -, aos milhares de acionistas que confiam no sucesso da nossa estratégia e aos nossos milhares de sellers que embarcaram no nosso marketplace e a todos os demais parceiros. Só com todos vocês a Via pode imaginar novos caminhos!

Administração

Via Varejo S.A.



Declaração da Diretoria sobre as informações financeiras intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2021

Declaração da Diretoria sobre as informações financeiras intermediárias

Os Diretores da Via Varejo S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Caetano do Sul (SP), 11 de agosto de 2021.

Roberto Fulcherberguer
Diretor Presidente

Sérgio Augusto França Leme
Vice-Presidente Administrativo

Abel Ornelas Vieira
Vice-Presidente Comercial e de Operações

Orivaldo Padilha
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Helisson Brigido Andrade Lemos
Vice-Presidente de Inovação Digital

Via Varejo S.A.



**Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes
sobre as informações financeiras intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2021**

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias

Os Diretores da Via Varejo S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Caetano do Sul (SP), 11 de agosto de 2021.

Roberto Fulcherberguer
Diretor Presidente

Sérgio Augusto França Leme
Vice-Presidente Administrativo

Abel Ornelas Vieira
Vice-Presidente Comercial e de Operações

Orivaldo Padilha
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Helisson Brigido Andrade Lemos
Vice-Presidente de Inovação Digital

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores e Acionistas da
Via Varejo S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Via Varejo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Via Varejo S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Período findo em 31 de março de 2021



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Julio Braga Pinto
Contador CRC-1SP209957/O-2

Balço patrimonial
Em 30 de junho de 2021
 Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativos					
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.240	2.925	2.341	2.984
Contas a receber	6	6.924	7.901	6.929	7.907
Estoques	7	7.269	6.149	7.303	6.176
Tributos a recuperar	8	1.349	1.366	1.378	1.394
Partes relacionadas	9	352	254	245	209
Despesas antecipadas		290	276	296	281
Outros ativos		297	259	332	297
Total dos ativos circulantes		18.721	19.130	18.824	19.248
Não circulantes					
Contas a receber	6	526	888	526	888
Tributos a recuperar	8	4.244	4.052	4.318	4.052
Tributos diferidos	16 (b)	1.887	1.535	1.966	1.607
Partes relacionadas	9	54	57	93	97
Depósitos judiciais	17 (c)	860	654	881	676
Outros ativos		129	136	131	137
Investimentos	10	1.303	1.173	233	206
Imobilizado	11	1.387	1.335	1.467	1.413
Intangível	12	806	661	1.810	1.653
Ativo de direito de uso	18	3.182	3.039	3.222	3.079
Total dos ativos não circulantes		14.378	13.530	14.647	13.808
Total dos ativos		33.099	32.660	33.471	33.056
Passivos					
Circulantes					
Fornecedores		6.725	7.704	6.834	7.799
Fornecedores convênio	14 (e)	1.570	484	1.570	484
Empréstimos e financiamentos	13	7.826	6.687	7.826	6.687
Tributos a pagar	15	208	273	213	276
Obrigações sociais e trabalhistas		463	582	492	612
Receitas diferidas	19	352	357	364	385
Partes relacionadas	9	75	51	28	26
Repasse a terceiros		468	637	530	653
Passivo de arrendamento	18	743	659	749	665
Outros passivos		916	864	937	910
Total dos passivos circulantes		19.346	18.298	19.543	18.497
Não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	13	1.683	2.409	1.683	2.409
Receitas diferidas	19	927	1.036	982	1.108
Provisão para demandas judiciais	17 (a)	1.468	1.625	1.530	1.691
Tributos a pagar	15	21	22	22	23
Tributos diferidos	16 (b)	-	-	6	6
Passivo de arrendamento	18	3.308	3.249	3.357	3.298
Outros passivos		40	42	42	45
Total dos passivos não circulantes		7.447	8.383	7.622	8.580
Total dos passivos		26.793	26.681	27.165	27.077
Patrimônio líquido					
Capital social	20	5.039	5.039	5.039	5.039
Transações de capital		(1.232)	(1.232)	(1.232)	(1.232)
Reservas de capital		2.267	2.656	2.267	2.656
Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)
Reserva de lucros		-	1.004	-	1.004
Lucros (prejuízos acumulados)		312	(1.420)	312	(1.420)
Outros resultados abrangentes		(79)	(67)	(79)	(67)
Total do patrimônio líquido		6.306	5.979	6.306	5.979
Total dos passivos e patrimônio líquido		33.099	32.660	33.471	33.056

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Demonstração do resultado
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Receita de venda de mercadorias e serviços	21	15.424	11.623	15.423	11.619
Custo de mercadorias e serviços vendidos	22	(10.622)	(7.802)	(10.625)	(7.809)
Lucro bruto		4.802	3.821	4.798	3.810
Despesas com vendas	22	(3.390)	(2.443)	(3.406)	(2.444)
Despesas gerais e administrativas	22	(467)	(296)	(446)	(307)
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	(374)	(361)	(380)	(363)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(75)	(82)	(102)	(81)
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		496	639	464	615
Resultado financeiro, líquido	24	(545)	(515)	(528)	(518)
Resultado de equivalência patrimonial	10	21	6	29	25
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		(28)	130	(35)	122
Imposto de renda e contribuição social	16	340	(52)	347	(44)
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia		312	78	312	78
Lucro do período por ação (Reais por ação)	25				
Básico					
Ordinárias		0,19558	0,05921		
Diluído					
Ordinárias		0,19032	0,05851		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Via Varejo S.A.



Demonstração do resultado abrangente para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia	312	78	312	78
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Valor justo de instrumentos financeiros	(27)	8	(27)	8
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	9	(3)	9	(3)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas	6	-	-	-
Ajustes de conversão do período	-	-	6	-
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas da Companhia	300	83	300	83

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Demonstração dos fluxos de caixa
para o período findo em 30 de junho de 2021**
Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Lucro líquido do período		312	78	312	78
Ajustes em					
Depreciação e amortização	11, 12 e 18	461	444	474	455
Equivalência patrimonial	10	(21)	(6)	(29)	(25)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(340)	51	(347)	43
Juros e variações monetárias, não realizados		412	295	416	299
Provisões para demandas judiciais, líquidas de reversões		510	79	520	85
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6	417	297	417	297
Perda com alienação de ativo imobilizado e intangível	23	-	(4)	8	(3)
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	7	2	(27)	2	(27)
Receita diferida reconhecida no resultado		(106)	(110)	(154)	(113)
Remuneração baseada em ações		30	26	30	26
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	18	(7)	(17)	(5)	(18)
Descontos obtidos - arrendamento mercantil	18	-	(83)	-	(83)
Outros		-	(4)	-	(1)
Variações no capital circulante					
Contas a receber		893	256	894	256
Estoques		(1.122)	(709)	(1.129)	(710)
Tributos a recuperar		(93)	(522)	(167)	(593)
Partes relacionadas		(79)	(34)	(38)	(21)
Depósitos judiciais		(181)	48	(180)	46
Despesas antecipadas		(14)	(123)	(15)	(124)
Outros ativos		(31)	(82)	(29)	(83)
Fornecedores		110	(2.149)	124	(2.151)
Tributos a pagar		(66)	(23)	(64)	47
Obrigações sociais e trabalhistas		(123)	44	(124)	44
Repasso a terceiros		(169)	(113)	(123)	(108)
Receita diferida		(9)	-	(9)	-
Demandas judiciais	17	(728)	(383)	(743)	(391)
Outros passivos		50	179	24	145
Dividendos recebidos de investidas	10	1	4	2	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>109</u>	<u>(2.588)</u>	<u>67</u>	<u>(2.630)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(353)	(135)	(368)	(134)
Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	-	2
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido		-	-	-	(53)
Aumento de capital em subsidiária	10	(104)	(105)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(457)</u>	<u>(240)</u>	<u>(368)</u>	<u>(185)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações	13	4.253	5.856	4.253	5.856
Pagamento de principal	13	(3.920)	(3.404)	(3.920)	(3.404)
Pagamento de juros	13	(182)	(191)	(182)	(191)
Pagamentos de principal - arrendamento mercantil	18	(301)	(185)	(303)	(186)
Pagamentos de juros - arrendamento mercantil	18	(187)	(192)	(190)	(195)
Recursos provenientes da emissão de ações		-	4.455	-	4.455
Pagamento de gastos com emissão de ações		-	(142)	-	(142)
Aumento de capital		-	1	-	1
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(337)</u>	<u>6.198</u>	<u>(342)</u>	<u>6.194</u>
Aumento (redução) líquido em caixa de equivalentes de caixa		<u>(685)</u>	<u>3.370</u>	<u>(643)</u>	<u>3.379</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	2.925	1.320	2.984	1.364
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	<u>2.240</u>	<u>4.690</u>	<u>2.341</u>	<u>4.743</u>
		<u>(685)</u>	<u>3.370</u>	<u>(643)</u>	<u>3.379</u>
Informações complementares de itens que não afetaram caixa					
Aquisição de imobilizado e intangível por meio de financiamento	11 e 12	114	38	116	38

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Via Varejo S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais

Notas	Atribuível aos acionistas da Companhia										
	Capital social	Transações de capital	Reservas de capital				Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Total
			Especial de ágio	Ágio na subscrição de ações	Incentivos fiscais	Opções outorgadas		Subvenção para investimento	Lucros (prejuízos acumulados)	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.903	(1.232)	279	-	8	89	(1)	-	(1.420)	(48)	578
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	78	-	78
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Aumento de capital	2.229	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.229
Gastos com Emissão de Ações	(94)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94)
Opções outorgadas reconhecidas	20 (d)	-	-	-	-	26	-	-	-	-	26
Ágio na subscrição de ações	-	-	-	2.227	-	-	-	-	-	-	2.227
Saldos em 30 de junho de 2020	5.038	(1.232)	279	2.227	8	115	(1)	-	(1.342)	(43)	5.049
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.039	(1.232)	279	2.227	8	142	(1)	1.004	(1.420)	(67)	5.979
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	312	-	312
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27)	(27)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Ajustes de conversão do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Opções outorgadas reconhecidas	20 (d)	-	-	-	-	27	-	-	-	-	27
Absorção de prejuízos acumulados	20 (f)	-	-	(416)	-	-	-	(1.004)	1.420	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021	5.039	(1.232)	279	1.811	8	169	(1)	-	312	(79)	6.306

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Demonstração do valor adicionado
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Receitas		17.704	13.585	17.719	13.594
Venda de mercadorias e serviços	21	18.121	13.882	18.135	13.887
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	(417)	(297)	(417)	(297)
Outras receitas		-	-	1	4
Insumos adquiridos de terceiros		(14.319)	(10.673)	(14.307)	(10.643)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(11.961)	(8.772)	(11.854)	(8.709)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.417)	(1.934)	(2.504)	(1.966)
Recuperação (perda) de valores ativos		28	33	20	32
Outros		31	-	31	-
Valor adicionado bruto		3.385	2.912	3.412	2.951
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	(461)	(444)	(474)	(455)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.924	2.468	2.938	2.496
Valor adicionado recebido em transferência		159	192	191	213
Resultado de equivalência patrimonial	10	21	6	29	25
Receitas financeiras	24	138	186	162	188
Valor adicionado total a distribuir		3.083	2.660	3.129	2.709
Distribuição do valor adicionado		3.083	2.660	3.129	2.709
Pessoal		1.671	1.037	1.683	1.069
Remuneração direta		959	785	946	806
Benefícios		121	110	130	114
FGTS		94	66	103	67
Demandas judiciais trabalhistas		483	66	478	66
Outras despesas com pessoal		14	10	26	16
Impostos, taxas e contribuições		362	936	389	948
Federais		20	400	39	411
Estaduais		306	503	312	504
Municipais		36	33	38	33
Remuneração de capital de terceiros		738	609	745	614
Juros	24	683	701	690	706
Aluguéis		41	(101)	41	(101)
Outros		14	9	14	9
Remuneração de capitais próprios		312	78	312	78
Lucro líquido do período		312	78	312	78
Valor adicionado total distribuído		3.083	2.660	3.129	2.709

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via”), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código VVAR3, com sede em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo – Brasil, atua em um ecossistema aberto a inovações no âmbito de *marketplace* e tem o cliente no centro do negócio.

Realizamos, recentemente, a transição de um modelo do varejo transacional para um modelo de plataforma relacional focada no aumento da base de clientes, no valor do cliente ao longo do tempo – *lifetime value* (LTV) e na melhoria contínua da experiência, através de marcas reconhecidas no varejo brasileiro como: Casas Bahia, Ponto, Extra.com e Bartira. Oferecemos soluções financeiras e de crédito para nossos clientes através do BanQi e serviços logísticos especializados através da ASAPLog.

A recém lançada marca corporativa, Via (sem varejo no nome), vem acompanhada por um novo posicionamento, em linha com a grande transformação que estamos vivendo. A nova assinatura reforça a estratégia de ser reconhecida como “a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem”.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía 27 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.009 filiais ativas (845 com a bandeira Casas Bahia e 164 com a bandeira Ponto). Do total de lojas, 264 eram localizadas em *shopping centers* e 745 eram lojas de rua, localizadas em todas as regiões do país.

2. Apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas adotam o Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Declaração de conformidade

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de agosto de 2021.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referentes principalmente a perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas.

2.6. Impactos da COVID-19

A Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do corona-vírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020 e, em 29 de janeiro de 2021, emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas Informações financeiras intermediárias os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis. A referida pandemia resultou em impactos relevantes na sociedade e na economia brasileira de uma forma geral, impactando duramente diversos setores da economia, incluindo o segmento varejista.

A Via adotou uma série de protocolos e medidas a fim de cumprir com os requisitos sanitários determinados, incluindo restrição do horário de funcionamento e/ou necessidade de fechamento de nossas lojas. Todavia, em função do grande avanço demonstrado em nossa estratégia digital, conseguimos amenizar os efeitos adversos da pandemia em nosso resultado, de modo que não enxergamos riscos de continuidade e tampouco necessidade de ajustes de estimativas contábeis.

Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas para preservar a saúde de seus colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais parceiros de negócios. Estimamos que o avanço do plano nacional de imunização permita a retomada da economia brasileira resultando em uma melhoria das vendas do varejo.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7. Período de mensuração e determinação dos valores da combinação de negócios

Carrier EQ, LLC (“Airfox”) / BanQi Instituição de Pagamento Ltda. (“BanQi”)

Em 21 de maio de 2020, a Companhia anunciou que concluiu a aquisição de 100% (cem por cento) da Airfox através da sua controlada Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. A Airfox era uma *fintech* de origem norte-americana localizada em Boston e estava organizada como um *hub* de inovação tecnológica. A Airfox possui uma participação na subsidiária brasileira BanQi que é a plataforma de conta digital da Companhia. A integração do aplicativo permite aos usuários o acesso a serviços de depósitos, saque em lojas, assim como uma série de outros serviços financeiros, tais como a opção de pagar carnês, boletos, contas, fazer transferências e efetuar recargas de celular pelo aplicativo.

Em cumprimento ao CPC 15 – Combinação de Negócios, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos líquidos, adquiridos em 21 de maio de 2020.

Foi elaborado estudo por especialista independente para a efetivação da compra e segregação do ágio, utilizando como base as demonstrações financeiras da Airfox na data da aquisição para determinar a alocação do preço de compra. Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Airfox, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

Balanco patrimonial	<u>Mensuração inicial</u>	<u>Mensuração Subsequente</u>
Ativos circulantes	45	45
Intangível – <i>software</i>	89	70
Ativos não circulantes	14	15
	<u>148</u>	<u>130</u>
Passivos circulantes	65	37
Passivos não circulantes	102	149
Patrimônio líquido	(19)	(56)
	<u>148</u>	<u>130</u>
Contraprestação transferida	170	170
Ágio gerado na aquisição	<u>189</u>	<u>226</u>

O ágio gerado na aquisição representa o montante de R\$226, que compreende a relação entre o valor da contraprestação pela Companhia, no montante de R\$170, e o valor justo do patrimônio da empresa adquirida. Este ágio é atribuído, principalmente, às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia.

Mensuração subsequente – alocação provisional do preço de compra

A obtenção do controle da Airfox foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o CPC 15 – Combinação de negócios. Em cumprimento a este pronunciamento, a Companhia finalizou a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos durante o ano de 2021, sendo que os ajustes realizados na alocação final foram de R\$37, e consequentemente, afetaram o ágio gerado na aquisição. Os ajustes referem-se principalmente à remensuração do ativo identificável e da Receita diferida.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas:

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

4. Principais práticas contábeis

Nas situações em que não ocorreram alterações significativas na natureza dos saldos contábeis ou nas políticas da Companhia, os detalhamentos divulgados nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram integralmente reproduzidos nestas Informações financeiras intermediárias. Em virtude disso, estas Informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais de 2020, publicadas em 02 de março de 2021.

Consolidação

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Controladas	30.06.2021		31.12.2020	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova")	100,00%	-	100,00%	-
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog")	-	100,00%	-	100,00%
Carrier EQ, LLC ("Airfox")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	-	100,00%	-	100,00%
I9XP Tecnologia e Participações S.A. ("I9XP")	-	100,00%	-	100,00%
E-Hub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("E-Hub")	-	100,00%	-	-

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e contas bancárias		91	106	99	118
Aplicações financeiras compromissadas	83,51 % do CDI a.a.	2.144	2.805	2.187	2.837
Aplicações financeiras automáticas	7,72 % do CDI a.a. (i)	5	14	6	14
Aplicações em títulos públicos (LFT's)	100,18 % da Selic a.a.	-	-	49	15
		2.240	2.925	2.341	2.984

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber

a) Carteira total

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Administradoras de cartões de crédito	3.975	5.512	3.975	5.512
Credidiário Casas Bahia – TOTAL (nota 6.1)	4.737	4.488	4.737	4.488
Juros à transcorrer / à apropriar em períodos futuros (nota 6.1)	(1.122)	(1.213)	(1.122)	(1.213)
Contas a receber – B2B (i)	304	217	304	217
Outras contas a receber	281	327	287	334
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa-PDD (b)	(725)	(542)	(726)	(543)
	7.450	8.789	7.455	8.795
Circulante	6.924	7.901	6.929	7.907
Não circulante	526	888	526	888

(i) Referem-se a vendas realizadas a outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

b) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - PDD

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Saldo no início do período	(542)	(489)	(543)	(489)
Perda estimada registrada no período	(417)	(297)	(417)	(297)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	234	310	234	310
Saldo no fim do período	(725)	(476)	(726)	(476)
Circulante	(654)	(435)	(655)	(435)
Não circulante	(71)	(41)	(71)	(41)

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Contas a receber – Crédito Direto ao Consumidor (Crediário Casas Bahia)

a) Composição dos saldos – Carteira (Crediário Casas Bahia)

Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (Crediário Casas Bahia), conforme nota explicativa nº 13(a)(i), que podem ser parcelados em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 14 meses com taxa média de juros de 85% a.a., a seguir apresentamos os saldos brutos dos carnês e o montante de juros a incorrer de acordo com os prazos acordados.

	Controladora e Consolidado		
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
Crediário Casas Bahia – Circulante	4.214	3.876	2.792
Crediário Casas Bahia – Não Circulante	523	612	323
Crediário Casas Bahia – Total	4.737	4.488	3.115
Juros a transcorrer / a apropriar em períodos futuros	(1.122)	(1.213)	(776)
Crediário Casas Bahia – Total sem juros a transcorrer (nota 6 a)	3.615	3.275	2.339
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa - PDD (b)	(643)	(479)	(399)
(%) PECLD (PDD) / Crediário Casas Bahia – Total	13,6%	10,7%	12,8%

b) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa do Crediário Casas Bahia

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Saldo no início do período	(479)	(422)
Perda estimada registrada no período	(334)	(244)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	170	267
Saldo no fim do período	(643)	(399)
Circulante	(572)	(358)
Não circulante	(71)	(41)

Via Varejo S.A.



Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Abertura da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa por tipo de recebível – Carteira total

	Controladora								
	30.06.2021			31.12.2020			30.06.2020		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	3.975	(61)	3.914	5.512	(42)	5.470	2.666	(53)	2.613
Crediário Casas Bahia – TOTAL	4.737	(643)	4.094	4.488	(479)	4.009	3.115	(399)	2.716
Contas a receber “B2B”	304	(10)	294	217	(7)	210	222	(6)	216
Outras contas a receber	281	(11)	270	327	(14)	313	183	(18)	165
	9.297	(725)	8.572	10.544	(542)	10.002	6.186	(476)	5.710

	Consolidado								
	30.06.2021			31.12.2020			30.06.2020		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	3.975	(61)	3.914	5.512	(42)	5.470	2.666	(53)	2.613
Crediário Casas Bahia – TOTAL	4.737	(643)	4.094	4.488	(479)	4.009	3.115	(399)	2.716
Contas a receber “B2B”	304	(10)	294	217	(7)	210	222	(6)	216
Outras contas a receber	287	(12)	275	334	(15)	319	183	(18)	165
	9.303	(726)	8.577	10.551	(543)	10.008	6.186	(476)	5.710

Via Varejo S.A.



Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Composição por período de vencimento do contas a receber, antes da redução da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e dos juros a apropriar – Carteira total

	Controladora											
	30.06.2021					31.12.2020						
	A vencer	Vencidos				Total	A vencer	Vencidos				Total
Até 30 dias		31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Até 30 dias			31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias		
Administradoras de cartão de crédito	3.958	-	-	-	17	3.975	5.496	-	-	1	15	5.512
Crediário Casas Bahia	4.405	139	70	52	71	4.737	4.289	97	41	27	34	4.488
Contas a receber "B2B"	256	28	14	-	6	304	113	86	8	2	8	217
Outras contas a receber	277	1	1	1	1	281	321	2	2	1	1	327
	8.896	168	85	53	95	9.297	10.219	185	51	31	58	10.544

	Consolidado											
	30.06.2021					31.12.2020						
	A vencer	Vencidos				Total	A vencer	Vencidos				Total
Até 30 dias		31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Até 30 dias			31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias		
Administradoras de cartão de crédito	3.958	-	-	-	17	3.975	5.496	-	-	1	15	5.512
Crediário Casas Bahia	4.405	139	70	52	71	4.737	4.289	97	41	27	34	4.488
Contas a receber "B2B"	256	28	14	-	6	304	113	86	8	2	8	217
Outras contas a receber	281	2	1	1	2	287	326	2	2	2	2	334
	8.900	169	85	53	96	9.303	10.224	185	51	32	59	10.551

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Lojas	2.178	1.970	2.178	1.970
Centros de distribuição	5.109	4.204	5.143	4.232
Almoxarifado	14	16	15	16
Perda estimada ao valor realizável líquido	(32)	(41)	(33)	(42)
	7.269	6.149	7.303	6.176

b) Movimentação da perda estimada para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Saldo no início do período	(41)	(79)	(42)	(79)
Reversões (adições)	(2)	27	(2)	27
Perdas realizadas	11	10	11	10
Saldo no fim do período	(32)	(42)	(33)	(42)

8. Tributos a recuperar

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
ICMS a recuperar (i)	3.264	3.123	3.271	3.127
PIS e COFINS a recuperar (ii)	2.044	1.878	2.118	1.880
Imposto de renda e contribuição social	200	243	214	257
Outros	85	174	93	182
	5.593	5.418	5.696	5.446
Circulante	1.349	1.366	1.378	1.394
Não circulante	4.244	4.052	4.318	4.052

(i) Realização do crédito de ICMS

O plano de realização do crédito de ICMS é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas, bem como reavaliação das mesmas conforme os eventos de negócio, permitindo o melhor desempenho da realização do crédito.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, e com base na expectativa futura de desempenho operacional e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com suporte em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela acima.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A realização do crédito ocorre, também, através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais e requer a comprovação através de documentos fiscais e arquivos digitais, das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Essa metodologia é determinada de acordo com a legislação de cada Estado e é seguida pela Companhia.

(ii) Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF em sede de repercussão geral, ocorrido em 15 de março de 2017, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo com as respectivas deduções.

Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado de processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em maio de 2020, a Companhia obteve decisão favorável em mais um processo de discussão do direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante contabilizado no ano foi de R\$1.330 registrado nas rubricas de “PIS e COFINS a recuperar”, sendo o principal de R\$1.039 em “Custo de mercadorias e serviços vendidos” e atualização monetária de R\$291 em “Resultado financeiro, líquido”.

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos de declaração da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como sua modulação de efeitos. O plenário, por maioria, deu parcial provimento aos embargos de declaração, nos seguintes termos: (i) “no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado”; e (ii) “modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento”.

b) Expectativa de realização dos tributos a recuperar

	Controladora				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
6 meses de 2021	267	230	61	32	590
2022	636	712	69	32	1.449
2023	698	879	70	19	1.666
2024	705	223	-	2	930
2025	728	-	-	-	728
2026	212	-	-	-	212
2027	18	-	-	-	18
	3.264	2.044	200	85	5.593

	Consolidado				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
6 meses de 2021	273	238	63	35	609
2022	637	729	76	37	1.479
2023	698	896	75	19	1.688
2024	705	239	-	2	946
2025	728	16	-	-	744
2026	212	-	-	-	212
2027	18	-	-	-	18
	3.271	2.118	214	93	5.696

Via Varejo S.A.



Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo), líquido				Receita (Despesa), líquida			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
<u>Partes relacionadas</u>								
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b) (c)	61	21	-	-	(309)	(150)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. (b)	-	-	-	-	(1)	-	-	-
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog") (c)	-	-	-	-	(6)	-	-	-
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (c)	(4)	(2)	-	-	(12)	-	-	-
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova") (d) (e) (g)	(1)	-	-	-	-	-	-	-
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi") (c)	1	2	-	-	(2)	-	-	-
Coligadas								
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a)	(2)	(3)	(2)	(3)	(4)	(6)	(4)	(6)
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") (a)	-	-	-	-	3	(3)	3	(3)
Growth Partners Investimentos e Participações S.A. ("Distrito")	-	-	(3)	3	-	-	-	-
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d)	276	242	315	280	35	(117)	35	(122)
	331	260	310	280	(296)	(276)	34	(131)
<u>Operações de arrendamento mercantil</u>								
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (b)								
Ativo de direito de uso	1.042	1.008	1.070	1.034	(58)	(58)	(60)	(60)
Passivo de arrendamento	(1.502)	(1.457)	(1.543)	(1.496)	(93)	(92)	(96)	(95)
	(460)	(449)	(473)	(462)	(151)	(150)	(156)	(155)
Total das operações com Partes relacionadas	(129)	(189)	(163)	(182)	(447)	(426)	(122)	(286)
Ativo – partes relacionadas								
Circulante	352	254	245	209				
Não circulante	54	57	93	97				
Passivo – partes relacionadas								
Circulante	(75)	(51)	(28)	(26)				

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro acima, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, que realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia.

A FIC e BINV atuam, também, como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No período findo em 30 de junho de 2021, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$286 (R\$247 em 31 de dezembro de 2020). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito", demonstrado na nota explicativa nº 6.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia reconheceu R\$2 (R\$9 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

b) Operações de aluguéis

A Via realiza operações de aluguel com GAS. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 288 imóveis, entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, celebrados com a Casa Bahia Comercial ("CB") e seus sócios, conforme Acordo de Associação celebrado entre Via, CBD, CB e sócios da CB.

c) Compra e venda de mercadorias e serviços

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		30.06.2021	30.06.2020
Bartira	Compra de mercadorias	(309)	(150)
VVLog	Contratação de serviços de logística	(12)	-
ASAPLog	Contratação de serviços de logística	(6)	-
BanQi	Tarifa de intermediação do carnê Casas Bahia	(2)	-

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Acordo de associação Via Varejo, Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) e CB e instrumentos correlatos

Em 1º de julho de 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação (“Acordo de Associação”) entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB que, dentre outros direitos, assegurou à Via Varejo o direito de ser indenizada, a título de perdas e danos, por CBD, CB e sócios da CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas relativo a fatos ou atos cuja origem ou fato gerador tenham ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Via Varejo (anteriormente denominada Globex Utilidades) e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos.

Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um “Termo de Acordo” com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativos às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios da CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade da CB, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios do Termo de Acordo e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber passaram a ser reconhecidos na rubrica de Outros ativos no Ativo circulante.

A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

e) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, foram as seguintes:

	30.06.2021			30.06.2020		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	24	18	42	4	17	21
Conselho de Administração	5	-	5	4	-	4
	29	18	47	8	17	25

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Investimentos

a) Saldos e movimentação

	Controladora				Total
	Lake	Bartira	VVLog	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	150	735	36	52	973
Aumento de capital (i)	162	-	-	-	162
Lucros não realizados nos estoques	-	4	-	-	4
Distribuição de dividendos	(4)	-	-	-	(4)
Equivalência patrimonial por resultado	17	(14)	(1)	-	2
Saldo em 30 de junho de 2020	325	725	35	52	1.137
Saldo em 31 de dezembro de 2020	349	723	47	54	1.173
Aumento de capital (ii)	88	-	14	2	104
Lucros não realizados nos estoques	-	1	-	-	1
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1)	(1)
Equivalência patrimonial por resultado	17	26	(17)	(6)	20
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	6	-	-	-	6
Saldo em 30 de junho de 2021	460	750	44	49	1.303

- (i) Em 2020, a Companhia aumentou o capital social da controlada Lake no valor total de R\$162, sendo o montante de R\$105 em dinheiro e R\$57 decorrentes de Notas Conversíveis em Ações emitidas pela empresa Airfox em favor da Via.
- (ii) Em 2021, a Companhia aumentou o capital social da controlada Lake em dinheiro no valor total de R\$88, da VVLog em dinheiro no valor de R\$14 e da Cnova em dinheiro no valor de R\$2.

	Consolidado			Total
	FIC	BINV	Distrito	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	108	37	-	145
Equivalência patrimonial por resultado	21	4	-	25
Saldo em 30 de junho de 2020	129	41	-	170
Saldo em 31 de dezembro de 2020	149	39	18	206
Equivalência patrimonial por resultado	24	5	-	29
Distribuição de dividendos	-	(2)	-	(2)
Saldo em 30 de junho de 2021	173	42	18	233

b) Informações financeiras resumidas das coligadas

FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A.. A Companhia exerce influência significativa nos investimentos, mas não o controle. A participação no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Distrito

O Distrito é um *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no investimento, mas não o controle. Em 30 de junho de 2021, a participação no capital votante total da Distrito corresponde a 14,58% oriundo do investimento da controlada Cnova.

A seguir, informações das coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		BINV	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<u>Balanço patrimonial</u>				
Ativo circulante	7.411	6.574	685	679
Ativo não circulante	46	52	-	-
Ativo total	7.457	6.626	685	679
Passivo circulante	6.102	5.391	599	603
Passivo não circulante	29	22	2	2
Patrimônio líquido (i)	1.326	1.213	84	74
Total passivo e patrimônio líquido	7.457	6.626	685	679
<u>Demonstração do resultado</u>				
Lucro líquido	170	144	10	7

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A..

Via Varejo S.A.



Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado

a) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 30.06.2021			Saldo em 31.12.2020			Saldo em 30.06.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	11	-	11	11	-	11	15	-	15	15	-	15
Edifícios	15	(8)	7	15	(8)	7	19	(13)	6	19	(12)	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.119	(468)	651	1.090	(452)	638	1.121	(468)	653	1.092	(451)	641
Máquinas e equipamentos	272	(161)	111	251	(151)	100	466	(306)	160	440	(290)	150
Equipamentos de informática	636	(434)	202	602	(393)	209	642	(436)	206	605	(393)	212
Instalações	164	(58)	106	158	(53)	105	181	(63)	118	177	(62)	115
Móveis e utensílios	364	(203)	161	356	(191)	165	368	(206)	162	358	(193)	165
Veículos	5	(4)	1	5	(4)	1	10	(5)	5	12	(7)	5
Imobilizado em andamento	117	-	117	82	-	82	122	-	122	85	-	85
Outros	65	(45)	20	61	(44)	17	66	(46)	20	63	(45)	18
	2.768	(1.381)	1.387	2.631	(1.296)	1.335	3.010	(1.543)	1.467	2.866	(1.453)	1.413

	Controladora					Consolidado						
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30.06.2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30.06.2020
Movimentação 2020	1.277	67	1	(94)	(4)	1.247	1.369	68	(2)	(102)	(4)	1.329
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30.06.2021	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30.06.2021
Movimentação 2021	1.335	165	(4)	(109)	-	1.387	1.413	171	(6)	(111)	-	1.467

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no Custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Depreciação e amortização	19	19	25	27

c) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do quinquênio 2021-2025, conforme o planejamento estratégico da Companhia; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 10,11%. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3,5% a.a..

Como resultado dessa análise, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, não foi registrada nenhuma redução por *impairment* (*nil* em 31 de dezembro de 2020).

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Intangível

a) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 30.06.2021			Saldo em 31.12.2020			Saldo em 30.06.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	867	-	867	830	-	830
Software em desenvolvimento	399	-	399	251	-	251	401	-	401	251	-	251
Software e licenças	745	(386)	359	703	(344)	359	829	(399)	430	801	(347)	454
Direitos contratuais (ii)	251	(208)	43	251	(206)	45	251	(210)	41	251	(206)	45
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	46	-	46	46	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	36	(16)	20	36	(15)	21
Fundo de comércio (v)	73	(68)	5	73	(67)	6	73	(68)	5	73	(67)	6
	1.468	(662)	806	1.278	(617)	661	2.503	(693)	1.810	2.288	(635)	1.653

	Controladora					Consolidado							
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 30.06.2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Amortização	Transferências	Saldo em 30.06.2020
Movimentação 2020	547	72	3	(66)	4	560	1.245	74	4	273	(68)	4	1.532
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 30.06.2021	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Efeito de conversão	Amortização	Transferências	Saldo em 30.06.2021
Movimentação 2021	661	185	5	(45)	-	806	1.653	231	(21)	1	(54)	-	1.810

- (i) **Ágio:** A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da: (a) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (b) ASAPLog em 2020, no montante de R\$3; (c) Airfox em 2020, no montante de R\$189 e posteriormente ajustado em 2021 para R\$226 em decorrência da finalização da alocação do preço de compra; (d) I9XP em 2020, no montante de R\$11;
- (ii) **Direitos contratuais:** Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos;
- (iii) **Marcas e patentes:** Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (iv) **Contrato vantajoso:** Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada com base em informações de transações comparáveis no mercado;
- (v) **Fundo de comércio:** Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia avaliou e entendeu que não houve alteração significativa nos indicadores internos e externos de *impairment* e, desta forma, não realizou um novo teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível.

A Companhia realizará novos testes para as demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 ou antes, caso indicativos de *impairment* forem identificados.

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa	Controladora e Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020
CDCI (i)	6,15% a.a.	5.049	4.647
Empréstimos em moeda nacional (ii)	CDI + 3,66% a.a.	2.101	2.448
Debêntures (iii)	CDI + 2,57% a.a.	2.359	2.001
		9.509	9.096
Circulante		7.826	6.687
Não circulante		1.683	2.409

(i) Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI")

As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes (Crediário Casas Bahia), por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 30 de junho de 2021, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 6,15% a.a. (5,39% a.a. em 31 de dezembro de 2020), abaixo apresentamos a segregação dos respectivos saldos entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado		
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
CDCI – Circulante	4.680	4.124	3.589
CDCI – Não Circulante	517	654	333
	5.197	4.778	3.922
Juros a apropriar	(148)	(131)	(88)
CDCI, líquido de juros a apropriar	5.049	4.647	3.834

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Empréstimos em moeda nacional

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia não firmou novos contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB). Em 2020, foram firmados os seguintes contratos:

Data da contratação	Valor da captação	Prazo	Juros	Amortização
29/06/2020	R\$2.503	2 anos	CDI + 3,82%	Carência de principal de 6 (seis) meses, amortização trimestral e juros trimestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,59%	Principal e juros semestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,65%	Principal e juros anuais

(iii) Debêntures

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 0,99% a.a., amortização final e juros semestral, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência das debêntures é de 2 anos contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 850.000 (oitocentos e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 3,75% a.a. e CDI + 4,25% a.a. respectivamente, com amortização final e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 1 ano e da 2ª série de 2 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. Em 26 de junho de 2021, as debêntures emitidas no âmbito da 1ª série foram liquidadas.

Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta e uma mil e novecentas e cinquenta e nove) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.041 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente, com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 anos e da 2ª série de 5 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se compromete a cumprir a renovação da sua matriz de energia elétrica para fontes de energia elétrica renováveis.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento dos fluxos de caixa.

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>5.899</u>
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações (i)	5.856
Amortizações (i)	(3.404)
Pagamento de juros (i)	(191)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos (i)	190
Swap	(4)
Variação cambial	(4)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>8.342</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.096
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações (i)	4.253
Amortizações (i)	(3.920)
Pagamento de juros (i)	(182)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos (i)	262
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>9.509</u>

(i) Em 30 de junho de 2021, os montantes referentes apenas às operações de CDCI foram de R\$3.253 de captações, R\$2.888 de amortizações, R\$92 de pagamento de juros e R\$129 de juros incorridos (R\$1.853, R\$1.796, R\$82 e R\$113 respectivamente em 30 de junho de 2020).

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora e Consolidado
6 meses de 2022	503
2023	180
2024	772
2025	114
2026	114
	<u>1.683</u>

d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted").

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Debêntures

A manutenção do vencimento contratual das debêntures em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas são:

Covenants ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)

Atingimento de percentual de energia renovável, nas datas de verificação, vide abaixo:

- Dezembro de 2022 – Igual ou maior a 50%
- Dezembro de 2025 – Igual ou maior a 90%

Covenants sobre dívida líquida:

- Dívida líquida consolidada (*) não superior ao Patrimônio Líquido e;
- Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBITDA consolidado ajustado (**), menor ou igual a 3,25.

No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

(*) **Dívida líquida consolidada:** a dívida total da Companhia (Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias e saldos das operações de CDCI, excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil), subtraída do valor das disponibilidades do caixa e dos valores de Contas a Receber, com deságio de 1,15%, oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCI existentes dentro da rubrica de Contas a Receber.

(**) **EBITDA consolidado ajustado:** o Lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciação e amortizações, e acrescido de Outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

14. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.240	2.925	2.341	2.984
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	3.536	3.330	3.541	3.336
Partes relacionadas	406	311	338	306
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Administradoras de cartões de crédito	3.914	5.459	3.914	5.459
Passivos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	(6.725)	(7.704)	(6.834)	(7.799)
Fornecedores convênio	(1.570)	(484)	(1.570)	(484)
Empréstimos e financiamentos	(9.509)	(9.096)	(9.509)	(9.096)
Passivo de arrendamento	(4.051)	(3.908)	(4.106)	(3.963)
Partes relacionadas	(75)	(51)	(28)	(26)
Repasse a terceiros	(468)	(637)	(530)	(653)

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

b) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 30 de junho de 2021, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros.

Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o CDI, para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 6,58% a.a.. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 30.06.2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Aumento do CDI	2.242	144	180	216
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	(4.460)	(196)	(211)	(227)
Impacto no resultado - despesa			(52)	(31)	(11)

(*) Não incluem os contratos de empréstimos CDCI por apresentarem taxas de juros pré-fixadas.

c) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	30.06.2021							
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	6.725	-	-	6.725	6.834	-	-	6.834
Fornecedores convênio	1.574	-	-	1.574	1.574	-	-	1.574
Empréstimos e Financiamentos	7.357	1.590	1.211	10.158	7.357	1.590	1.211	10.158
Passivo de arrendamento	1.219	3.621	1.090	5.930	1.230	3.672	1.114	6.016
Partes relacionadas	75	-	-	75	28	-	-	28
Repasse a terceiros	468	-	-	468	530	-	-	530
	17.418	5.211	2.301	24.930	17.553	5.262	2.325	25.140

d) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito no caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras, na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI"), são linhas de crédito adquiridas junto aos bancos Bradesco, Safra, Banco do Brasil, Daycoval e BTG, visando o financiamento dos clientes; com interveniência da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. Todavia, o saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são calculadas conforme a política contábil da Companhia, descrita na nota explicativa nº 6(a) das Demonstrações Financeiras anuais de 2020. Os saldos dessas estimativas, apresentados em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

	Consolidado			
	30.06.2021		31.12.2020	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	2.341	2.341	2.984	2.984
Contas a Receber – Creditário Casas Bahia (CDCI)	3.615	-	3.275	-
Fornecedores convênio (i)	(1.570)	(1.570)	(484)	(484)
Empréstimos e financiamentos	(9.509)	(4.460)	(9.096)	(4.449)
Dívida líquida	<u>(5.123)</u>	<u>(3.689)</u>	<u>(3.321)</u>	<u>(1.949)</u>
Patrimônio líquido	<u>6.306</u>	<u>6.306</u>	5.979	5.979
Índice de endividamento líquido	<u>(0,81)</u>	<u>(0,58)</u>	<u>(0,56)</u>	<u>(0,33)</u>

(i) Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros caracterizados pela antecipação de pagamentos a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro implícito de 5,25% a.a. em 30 de junho de 2021 (3% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

f) Mensurações do valor justo

Em 30 de junho de 2021, a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo
Custo amortizado		
Creditário Casas Bahia (i)	3.615	3.801
Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii)	(5.049)	(4.993)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Administradoras de cartões de crédito (ii)	3.914	3.914

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do Creditário Casas Bahia e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas.

(ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Tributos a pagar

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
ICMS a pagar	163	228	163	228
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	24	25	25	27
IRRF a pagar	26	28	27	28
Outros	16	14	20	16
	229	295	235	299
Circulante	208	273	213	276
Não circulante	21	22	22	23

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(28)	130	(35)	122
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	10	(44)	12	(41)
Subvenção de investimento (i)	339	-	341	-
Equivalência patrimonial	7	2	10	9
Efeito de diferenças de alíquotas de impostos de entidades no exterior	-	-	5	-
Prejuízo fiscal não reconhecido (ii)	-	-	(6)	-
Outras diferenças permanentes	(16)	(10)	(15)	(12)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	340	(52)	347	(44)
Corrente reconhecido por meio do resultado	-	(1)	-	(1)
Diferido reconhecido por meio do resultado	340	(51)	347	(43)
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquido	340	(52)	347	(44)

(i) Subvenção de investimento

A Companhia possui benefícios fiscais que reduzem a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota. Esses benefícios são distribuídos em 21 estados que resultam em montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para viabilizar a utilização desse benefício, a Companhia cumpre os requisitos legais. Até 30 de junho de 2021 o montante excluído representou 3% das receitas das mercadorias vendidas, líquidas de impostos. Em 2020 essa mesma proporção foi também de 3%.

(ii) Prejuízo fiscal não reconhecido

As controladas Cnova e BanQi não reconhecem ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal por não haver expectativa de realização em função dos prejuízos apurados em exercícios anteriores. No período findo em 30 de junho de 2021, o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, representam os montantes abaixo:

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Cnova	452	450
BanQi	-	15

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Provisão para demandas judiciais	451	502	463	515
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	246	184	247	185
Prejuízos fiscais e bases negativas	971	528	1.081	609
Provisão para despesas correntes	33	115	38	118
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	30	42	30	42
Arrendamento mercantil	257	250	262	255
Outros	97	66	99	68
Total ativo fiscal diferido	2.085	1.687	2.220	1.792
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(158)	(152)	(168)	(162)
PPA Bartira	-	-	(22)	(23)
Outros	(40)	-	(70)	(6)
Total passivo fiscal diferido	(198)	(152)	(260)	(191)
	1.887	1.535	1.960	1.601

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativo fiscal diferido	1.887	1.535	1.966	1.607
Passivo fiscal diferido	-	-	(6)	(6)

c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 30 de junho de 2021	Controladora	Consolidado
6 meses de 2021	229	246
2022	325	343
2023	215	239
2024	259	274
2025	280	297
Mais de 5 anos	777	821
	2.085	2.220

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Provisão para demandas judiciais

a) Saldos e movimentação

	Controladora			Total
	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2	1.475	322	1.799
Adições de processos novos e outras adições	-	226	82	308
Baixa de provisão por liquidação	-	(337)	(46)	(383)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(183)	(78)	(261)
Atualização monetária	-	76	19	95
Saldo em 30 de junho de 2020	2	1.257	299	1.558
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	1.352	273	1.625
Adições de processos novos e outras adições	-	600	75	675
Baixa de provisão por liquidação	-	(667)	(61)	(728)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(131)	(50)	(181)
Atualização monetária	-	64	13	77
Saldo em 30 de junho de 2021	-	1.218	250	1.468

	Consolidado			Total
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	39	1.503	323	1.865
Adições de processos novos e outras adições	-	232	82	314
Baixa de provisão por liquidação	-	(345)	(46)	(391)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(184)	(78)	(262)
Atualização monetária	-	78	19	97
Saldo em 30 de junho de 2020	39	1.284	300	1.623
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38	1.380	273	1.691
Adições de processos novos e outras adições	-	614	76	690
Baixa de provisão por liquidação	-	(682)	(61)	(743)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(136)	(50)	(186)
Atualização monetária	-	65	13	78
Saldo em 30 de junho de 2021	38	1.241	251	1.530

(i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 30 de junho de 2021, os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS, no montante de R\$38 (R\$38 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido provisionado com base na avaliação dos advogados externos, que foi corroborada pela Administração.

(ii) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas relacionados com o desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios. Em 30 de junho de 2021, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$1.241 (R\$1.380 em 31 de dezembro de 2020).

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui 22.347 processos trabalhistas ativos em 30 de junho de 2021 (22.275 em 31 de dezembro de 2020). A provisão para obrigações trabalhistas é calculada com base nas perdas efetivas históricas aplicadas à totalidade dos processos ativos por cargos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares.

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos são relacionados a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 30 de junho de 2021, o saldo da provisão era de R\$40 (R\$37 em 31 de dezembro de 2020);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 33.161 processos cíveis em andamento em 30 de junho de 2021 (34.522 em 31 de dezembro de 2020). A provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 30 de junho de 2021, o saldo da provisão era de R\$211 (R\$236 em 31 de dezembro de 2020).

b) Passivos contingentes

A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas, totalizando R\$3.740 em 30 de junho de 2021 (R\$3.612 em 31 de dezembro de 2020), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais, gerados em virtude de créditos provenientes de êxito em processos judiciais, divergência de recolhimentos e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (ii) autuação fiscal em decorrência da não tributação de PIS e COFINS sobre valores considerados, segundo a Receita Federal, como receitas tributáveis, entre elas, as bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de Administração de cartões; (iv) autuação decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) outros de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$958 em 30 de junho de 2021 (R\$908 em 31 de dezembro de 2020);
- Lei do Bem: autuação fiscal relativa ao ano-calendário de 2016 em razão da desconsideração da revogação do benefício da alíquota zero de PIS/COFINS nas vendas a varejo de produtos de informática e smartphones, no âmbito do Programa de inclusão Digital, pela MP nº 690/2015 e convertida na Lei nº 13.241/15. O valor do auto de infração corresponde a R\$933 de PIS e COFINS em 30 de junho de 2021 (R\$924 em 31 de dezembro de 2020).
- ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: autuação fiscal decorrente da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$260 em 30 de junho de 2021 (R\$258 em 31 de dezembro de 2020).

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) autuações fiscais decorrentes de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as secretarias da fazenda estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) autuações decorrentes de apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$1.125 em 30 de junho de 2021 (R\$1.048 em 31 de dezembro de 2020);
- Ágio Mandala: autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$268 de IRPJ e CSLL em 30 de junho de 2021 (R\$265 em 31 de dezembro de 2020).

Cíveis e outros

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$128 (R\$167 em 31 de dezembro de 2020).

c) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Previdenciárias e trabalhistas	371	412	388	429
Tributárias (i)	416	166	420	170
Cíveis e outros	73	76	73	77
	860	654	881	676

(i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAZ nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir o Diferencial de Alíquotas de ICMS (“DIFAL”) nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto.

Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar prévia, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL.

Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, caso submetido ao regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais".

Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram ajuizadas anteriormente a data da publicação da Ata do Julgamento.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Garantias e fianças bancárias

Em 30 de junho de 2021, a Companhia ofereceu garantias decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

<u>Ações</u>	<u>30.06.2021</u>
Previdenciárias e trabalhistas	2.099
Tributárias	1.207
Cíveis e outras	334
	<u>3.640</u>

A Companhia apresenta, em 30 de junho de 2021, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.502.

As garantias corporativas outorgadas pela Companhia Brasileira de Distribuição em 30 de junho de 2021 totalizam R\$216.

18. Operação de arrendamento mercantil

a) Composição dos saldos e movimentação
Ativo de direito de uso

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.612	3.640
Combinação de negócios	-	11
Adições e remensurações	208	208
Baixas / Reversões	17	17
Depreciação	(284)	(285)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>3.553</u>	<u>3.591</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.039	3.079
Adições e remensurações	390	394
Baixas / Reversões	60	58
Depreciação	(307)	(309)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>3.182</u>	<u>3.222</u>

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso na Demonstração do resultado

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Depreciação	68	64	68	65

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo de arrendamento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.543	4.583
Combinação de negócios	-	13
Adição e remensuração	208	207
Pagamento de principal	(185)	(186)
Pagamento de juros	(192)	(195)
Descontos obtidos	(83)	(83)
Juros incorridos	192	195
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>4.483</u>	<u>4.534</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.908	3.963
Adição e remensuração	391	393
Baixas / Reversões	53	53
Pagamento de principal	(301)	(303)
Pagamento de juros	(187)	(190)
Juros incorridos	187	190
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>4.051</u>	<u>4.106</u>
Circulante	743	749
Não circulante	3.308	3.357

b) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora			Consolidado		
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
6 meses de 2022	955	(310)	645	966	(316)	650
2023	837	(263)	574	848	(268)	580
2024	713	(220)	493	723	(224)	499
2025	600	(180)	420	609	(183)	426
2026	480	(141)	339	489	(144)	345
Mais de 5 anos	1.090	(253)	837	1.114	(257)	857
	<u>4.675</u>	<u>(1.367)</u>	<u>3.308</u>	<u>4.749</u>	<u>(1.392)</u>	<u>3.357</u>

c) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 30 de junho de 2021, de R\$432 na Controladora e R\$435 no Consolidado (R\$426 na Controladora e R\$433 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Receitas diferidas

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Garantias complementares ou estendidas	1.076	1.127	1.076	1.127
Bradesco	89	145	89	145
Seguros e serviços	106	113	106	113
Outros	8	8	75	108
	1.279	1.393	1.346	1.493
Circulante	352	357	364	385
Não circulante	927	1.036	982	1.108

b) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como “Não circulante”

Ano	Controladora	Consolidado
6 meses de 2022	171	172
2023	343	347
2024	339	346
2025	41	49
2026	8	18
2027 a 2029	25	50
	927	982

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$5.133 (R\$5.133 em 31 de dezembro de 2020) e estava representado por 1.597.354 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal. Durante o período findo em 30 de junho de 2021, houve o seguinte aumento de capital:

Data do aumento de capital (*)	Valores em Reais	Quantidade de ações ordinárias
02/03/2021	52.538,93	12.507

(*) Aumento de capital decorrente do exercício de planos de opções de ações.

b) Ações em tesouraria

Em 2018, decorrente da migração da Companhia para o segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e da consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, foi concedido o direito de recesso aos acionistas titulares de ações preferenciais que não compareceram à Assembleia Geral Especial realizada em 3 de setembro de 2018. A Companhia recomprou 300 mil ações preferenciais totalizando o montante de R\$685.839,75 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) pago em 5 de outubro de 2018.

c) Transações de capital

Nesta conta, foram registradas variações decorrentes de mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via.

(ii) Ágio na subscrição de ações

O ágio na subscrição de ações surge quando a empresa negocia suas ações e o comprador paga um valor por ação maior que o valor patrimonial, e esta diferença positiva deverá ser contabilizada como reservas de capital. Em 15 de junho de 2020, houve uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, com a emissão de 297.000.000 novas ações ao preço de R\$15,00 (quinze reais) cada, dentro do limite do capital autorizado, de forma que o montante total da Oferta Restrita foi de R\$4.455.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais).

Foi determinado que, do preço por ação de R\$15,00: (i) o valor de R\$7,50 foi destinado a conta de Capital Social da Companhia, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais) em aumento do Capital Social e (ii) o valor remanescente de R\$7,50 foi destinado à formação de Reserva de Capital, em conta de Ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais).

(iii) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em abril de 2021, a Companhia outorgou 2.948.426 opções de compras de ações e 2.948.426 ações restritas aos beneficiários do programa. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade sob seu controle até o término do *vesting*, previsto para o mês de abril de 2026, o beneficiário terá o direito de receber opções de compra e/ou ações restritas em 3 parcelas a partir do terceiro aniversário da data da outorga/concessão na proporção dos seguintes percentuais: (i) 40% do prêmio na data do terceiro aniversário; (ii) 30% do prêmio na data do quarto aniversário; e (iii) 30% do prêmio na data do quinto aniversário.

Os planos de opção de compra de ações liquidável em títulos patrimoniais, atualmente vigentes são os seguintes:

	Data da outorga	Término da carência
Opções de compra de ações	12/09/2019	12/07/2024
Opções de compra de ações	27/04/2021	26/04/2026
Ações restritas	27/04/2021	26/04/2026

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, foi de R\$28 (R\$26 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020).

Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa (“Phantom Shares”)

Em janeiro e março de 2021, a Companhia outorgou 21.232 *Phantom Shares*, equivalentes a 63.696 ações ordinárias de emissão da Companhia, aos beneficiários do programa. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja: manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade sob seu controle até o término do *vesting*, previsto para o mês de julho de 2025, o beneficiário terá o direito de receber o prêmio em 3 parcelas a partir do terceiro aniversário da data da outorga na proporção dos seguintes percentuais: (i) 40% do prêmio na data do terceiro aniversário; (ii) 30% do prêmio na data do quarto aniversário; e (iii) 30% do prêmio na data do quinto aniversário.

Os programas de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“*Phantom Shares*”), atualmente vigentes são os seguintes:

	Data da outorga	Término da carência
<i>Phantom Shares</i>	28/05/2019	27/05/2022
<i>Phantom Shares</i>	05/08/2020	04/08/2025

Em 30 de junho de 2021, o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$23 (R\$20 em 31 de dezembro de 2020). O total da despesa reconhecida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$4 (R\$13 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020).

e) Reservas de lucros**Subvenção para investimento**

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS que são classificados como subvenção para investimentos. Tendo em vista a Lei Complementar 160/2017, a Companhia em 31 de dezembro de 2020, destinou R\$1.004 para a reserva de subvenção para investimentos, na rubrica de reserva de lucros.

Os valores da subvenção para investimentos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório, sendo que somente poderá absorver prejuízos ou ser incorporado ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

f) Absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Nos termos da Lei das S.A., o lucro do exercício deverá obrigatoriamente ser utilizado para absorver prejuízos acumulados de exercícios anteriores. O lucro apurado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.004 e o montante existente de prejuízos acumulados de exercícios anteriores era de R\$1.420.

Em 27 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a deliberação acerca absorção do saldo de prejuízos acumulados que, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$416, absorvendo, assim, a integralidade do saldo de prejuízos acumulados de períodos anteriores pela reserva de capital da Companhia.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Mercadorias	16.467	12.467	16.474	12.469
Financeira operacional (b)	991	831	991	831
Serviços	493	380	499	383
Serviços de frete e montagem	170	204	171	204
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e Cancelamentos	18.121	13.882	18.135	13.887
Tributos sobre mercadorias	(2.550)	(2.135)	(2.565)	(2.144)
Tributos sobre finanças operacionais (b)	(44)	(37)	(44)	(37)
Tributos sobre serviços	(65)	(46)	(65)	(46)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	(38)	(41)	(38)	(41)
Tributos sobre faturamento	(2.697)	(2.259)	(2.712)	(2.268)
Receita operacional líquida	15.424	11.623	15.423	11.619

b) Receita financeira operacional

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Credciário Casas Bahia (i)	940	779
Outras	51	52
Receita bruta financeira operacional de devoluções e Cancelamentos	991	831
Credciário Casas Bahia	(38)	(31)
Outras	(6)	(6)
Tributos sobre operações financeiras operacionais	(44)	(37)
Receita financeira operacional – Credciário Casas Bahia	902	748
Receita financeira operacional (Outras)	45	46

(i) Corresponde às vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (Credciário Casas Bahia), que podem ser parcelados geralmente em até 24 meses.

	Controladora e consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Credciário Casas Bahia	940	779
Juros à incorrer do Credciário Casas Bahia (nota 6.1)	1.122	776
Total de juros do Credciário Casas Bahia	2.062	1.555

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Custo com estoques vendidos	10.054	7.464	9.958	7.418
Despesas com pessoal	1.380	1.144	1.390	1.175
Despesa com serviços de terceiros	1.661	1.154	1.713	1.177
Despesas com frete	491	469	509	469
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – Crediário Casas Bahia, líquido de recuperação (PDD)	334	244	334	244
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – Outras (PDD)	83	53	83	53
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	371	(22)	367	(22)
Outras	105	35	123	46
	14.479	10.541	14.477	10.560
Custo de mercadorias e serviços vendidos	10.622	7.802	10.625	7.809
Despesas com vendas	3.390	2.443	3.406	2.444
Despesas gerais e administrativas	467	296	446	307
	14.479	10.541	14.477	10.560

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Despesas com reestruturação (i)	(110)	(103)	(110)	(104)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	-	4	(8)	3
Outras	35	17	16	20
	(75)	(82)	(102)	(81)

(i) Nessa linha estão registrados, principalmente, os gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Resultado financeiro, líquido

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(134)	(64)	(135)	(65)
Financiamento ao Consumidor Direto – CDCI (i)	(129)	(113)	(129)	(113)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(78)	(168)	(78)	(168)
Atualizações passivas	(80)	(103)	(82)	(105)
Juros de passivo de arrendamento	(187)	(192)	(190)	(195)
Outras despesas financeiras	(75)	(61)	(76)	(60)
Total de despesas financeiras	(683)	(701)	(690)	(706)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	3	20	4	20
Atualizações ativas	111	154	134	154
Antecipação a fornecedores	22	11	22	12
Outras receitas financeiras	2	1	2	2
Total de receitas financeiras	138	186	162	188
Resultado financeiro, líquido	(545)	(515)	(528)	(518)

(i) As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“Crediário Casas Bahia”) correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 13). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 30 de junho de 2021, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 6,15% a.a. (5,39% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

25. Resultado por ação

Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação.

	30.06.2021	30.06.2020
Numerador básico		
Lucro básico alocado e não distribuído	312	78
Total lucro básico alocado e não distribuído	312	78
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.597.050	1.324.097
Lucro básico por ação (em R\$)	0,19558	0,05921
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Opções de compra de ações	44.155	15.999
Média ponderada das quantidades de ações	1.597.050	1.324.097
Média ponderada diluída das ações	1.641.205	1.340.096
Lucro diluído por ação (em R\$)	0,19032	0,05851

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Cobertura de seguros

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

As coberturas de seguros em 30 de junho de 2021, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	13.962
Lucro	Lucros cessantes	5.388
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	97

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIEPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$494.

27. Informações sobre os segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis.

28. Eventos subsequentes

Conclusão da aquisição da fintech Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("Celer")

Em 2 de julho de 2021, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em continuidade ao Comunicado ao Mercado divulgado em 25 de abril de 2021, concluiu a formalização de todas as etapas legais e regulatórias para proceder ao fechamento da aquisição de 100% (cem por cento) das quotas de emissão da Celer.

A Celer é uma *fintech* que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e hoje oferece um pacote completo de *Bank-as-a Service* (BaaS), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de *cash-in* e *cashout*, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX.

A Operação foi consumada pela Cnova Comércio Eletrônico S.A., que é uma subsidiária da Companhia, e não está sujeita ao disposto no art. 256 da Lei das S.A.

**Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2021**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aprovação de licença de sociedade de crédito da BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A (“BNQI SCD”)

Em 16 de julho de 2021, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2021 o despacho de aprovação final do Banco Central do Brasil do processo de licença de funcionamento da instituição financeira BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.

A respectiva licença permitirá que o BNQI ofereça acesso a crédito a milhares de brasileiros e com isso propiciar maior inclusão financeira. Além do crediário, o BNQI poderá realizar operações de empréstimos e de financiamentos aos clientes, *sellers* e demais parceiros comerciais através de nossa plataforma eletrônica.

Adicionalmente, o BNQI SCD será uma importante alavanca para fidelização dos parceiros *marketplace* da Via, por meio da ampliação da oferta de serviços, incluindo: repasses dos valores na conta de pagamento dos tomadores, conta domicílio para recebíveis de cartões transacionados, financiamento para capital de giro, serviços de cobrança em geral e emissão de boletos de cobrança diversos.

Por fim, o BNQI SCD poderá oferecer soluções de crédito *mar aberto - Caas (credit as a service)*, o que permitirá melhorar ainda mais o poder preditivo de risco de crédito dos clientes.

Alteração do nome, sede, nome de pregão e código de negociação

Em 05 de agosto de 2021, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data (conforme previamente proposto pelo Conselho de Administração): (i) a mudança da sede da Companhia para a Avenida Rebouças, 3970, 28ª Andar, Pinheiros, CEP 05402-918, cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; e (ii) a alteração da denominação social para VIA S.A., em linha com a mudança da marca comunicada ao mercado em 25 de abril de 2021.

Em decorrência da alteração da denominação social, a Companhia informa também que a partir do pregão do dia 16 de agosto de 2021 (inclusive), as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob novo código de negociação (*ticker*) “VIAA3”, em substituição ao código atual “VVAR3” e o nome de pregão da Companhia passará a ser apenas “Via” em substituição à “Via Varejo”.